

## **BASES LEGAIS DA EDUCAÇÃO: DOCUMENTOS QUE REFERENCIAM A FORMAÇÃO CONTINUADA DOS DOCENTES DA EDUCAÇÃO INFANTIL**

*Legal bases of education: documents that refer to the continuing education of early childhood teachers*

*Bases jurídicas de la educación: documentos que hacen referencia a la formación continua de los profesores de educación infantil*

Kamilla Magalhães Canuto<sup>i</sup> 

Kallyne Kafuri Alves<sup>ii</sup> 

### **RESUMO**

Este artigo, que é um recorte de pesquisa de mestrado, referente às formações continuadas dos professores da Educação Infantil, apresenta os principais referenciais utilizados nas formações continuadas de uma rede municipal de ensino do Estado do Maranhão. Os documentos analisados, que referenciam as formações são: Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o Documento Curricular do Território Maranhense (DCTMA). A pesquisa teve abordagem qualitativa, do tipo exploratória, utilizando a entrevista semiestruturada, como procedimento para a coleta dos dados. A análise e discussão das entrevistas foram apoiadas na análise descritiva e na análise documental para observar as bases legais em que a pesquisa se direcionou. Por meio da entrevista semiestruturada, ouviu-se os professores e a equipe formativa do departamento da Educação Infantil do município. Por meio da pesquisa de campo na SEMED e creche municipal, chegou-se ao resultado de que a Educação Infantil do município está bem assistida pelos profissionais do departamento da Educação Infantil, sendo ouvidos e oferecendo suporte nas formações continuadas com conteúdos que contribuem para o trabalho docente, para serem desenvolvidas nas salas de referência (salas de aula). A Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, por ser o passo inicial das crianças no âmbito escolar requer professores que entendam as particularidades das crianças e que desenvolvam experiências e habilidades.

**Palavras-chave:** BNCC; DCTMA; Formação Continuada; Educação Infantil.

## ABSTRACT

This article, which is an excerpt from a master's degree research, referring to the continuing education of Early Childhood Education teachers, presents the main references used in the continuing education of a municipal education network in the State of Maranhão. The documents analyzed, which refer to the trainings are: National Common Curricular Base (BNCC) and the Curricular Document of the Maranhão Territory (DCTMA). The research had a qualitative approach, of the exploratory type, using semi-structured interviews, as a procedure for data collection. The analysis and discussion of the interviews were supported by descriptive analysis and documentary analysis to observe the legal bases on which the research was directed. Through the semi-structured interview, the teachers and the training team of the Early Childhood Education department of the municipality were heard. Through field research at SEMED and the municipal daycare center, the result was that Early Childhood Education in the municipality is well assisted by professionals from the Early Childhood Education department, being heard and offering support in continuing education with content that contributes to the teaching work, to be developed in reference rooms (classrooms). Early Childhood Education, the first stage of Basic Education, as it is the initial step of children in the school environment, requires teachers who understand the particularities of children and who develop experiences and skills.

**Keywords:** BNCC; DCTMA; Continuing Education; Early Childhood Education.

## RESUMEN

Este artículo, que es un extracto de una investigación de máster que se refiere a la formación continua de los profesores de Educación Infantil, presenta las principales referencias utilizadas en la formación continua de una red municipal de educación en el Estado de Maranhão. Los documentos analizados que hacen referencia a las formaciones son: Base Curricular Común Nacional (BNCC) y el Documento Curricular del Territorio del Maranhão (DCTMA). La investigación adoptó un enfoque cualitativo, de tipo exploratorio, utilizando entrevistas semiestructuradas como procedimiento para la recogida de datos. El análisis y la discusión de las entrevistas se apoyaron en análisis descriptivo y documental para observar las bases legales sobre las que se basó la investigación. A través de la entrevista semiestructurada, se escuchó a los profesores y al equipo de formación del departamento de Educación Infantil del municipio. A través de la investigación de campo en SEMED y en la guardería municipal, el resultado fue que la Educación Infantil en el municipio cuenta con una buena asistencia de profesionales del departamento de Educación Infantil, que son escuchados y ofrecen apoyo en la educación continua con

contenidos que contribuyen al trabajo docente, que se desarrollarán en las salas de referencia (aulas). La Educación Infantil, la primera etapa de la Educación Básica, al ser el primer paso de los niños en el entorno escolar, requiere profesores que comprendan las particularidades de los niños y que desarrollen experiencias y habilidades.

**Palabras clave:** BNCC; DCTMA; Formación continua; Educación infantil.

---

## **Introdução**

Falar da formação de professores é fundamental para garantir que os docentes estejam preparados para atender às necessidades das crianças e criar ambientes de aprendizado dinâmicos e instigantes. É um processo contínuo que envolve conhecimentos, habilidades e competências necessárias para o exercício da profissão docente. Assim, para que a formação continuada alcance o seu objetivo, precisa ser significativa ao professor.

“A formação continuada de professores tem sido entendida como um processo permanente de aperfeiçoamento dos saberes necessários à atividade profissional” (Chimentão, 2009, p. 3). Desse modo, o professor está em constante processo de aperfeiçoamento para exercer o seu trabalho docente, participando de cursos online, presencial, de workshops, congressos, há diferentes oportunidades para que o docente esteja aberto para novos conhecimentos e metodologias de modo que amplie o seu repertório profissional.

A formação de professores é indispensável para a carreira profissional dos educadores, especialmente aos professores da Educação Infantil. É a primeira etapa da Educação Básica que busca o desenvolvimento integral da criança, principalmente nos aspectos físicos, cognitivos, emocionais e sociais.

A formação continuada de professores, reflete-se acerca da importância do protagonismo do educador nas suas atuações, seja no âmbito da produção de conhecimentos ou na atividade educacional. Essa formação continuada oferece embasamento para construir cidadãos e profissionais mais competentes, éticos e compassivos. Ao destacar a área da Educação Infantil, devemos pensar no grande avanço que a educação tem buscado alcançar, pois, segundo o Censo

Escolar de 2016, por exemplo, os docentes que trabalhavam na EI estudaram até o ensino fundamental ou ensino médio. Assim, qualquer pessoa podia lecionar na Educação Infantil, mesmo não tendo uma formação adequada e conhecimentos específicos sobre a faixa etária das crianças, os objetivos e o próprio currículo da EI, sendo a maioria das pessoas desqualificadas, de acordo com Caldas e Macedo:

O quadro docente, em sua maioria desqualificado, com muitos professores em vias de se aposentar, optam por ficar na Educação Infantil ou para lá são encaminhados. Alguns já com problema de saúde, exercendo seu trabalho de forma compensatória e descompromissada, ocasionando a precarização do ensino (Caldas; Macedo, 2019, p. 2).

Porém, essa situação modifica-se a partir do olhar da Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, que traz no artigo 62:

A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura plena, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na Educação Infantil e nos cinco primeiros anos do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade normal. (Brasil, 2017, n.p.).

A Resolução nº 2, de 1º de julho de 2015, estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior e para a formação continuada. Em seu artigo 16, destaca que:

A formação continuada compreende dimensões coletivas, organizacionais e profissionais, bem como o repensar do processo pedagógico, dos saberes e valores, e envolve atividades de extensão, grupos de estudos, reuniões pedagógicas, cursos, programas e ações para além da formação mínima exigida ao exercício do magistério na educação básica, tendo como principal finalidade a reflexão sobre a prática educacional e a busca de aperfeiçoamento técnico, pedagógico, ético e político do profissional docente. (Brasil, 2015, p.13).

A Resolução de nº 1, de 27 de outubro de 2020, também é elaborada pensando nas condições formativas do docente, e apresenta as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica e designa a Base Nacional Comum para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica (BNC-Formação Continuada).

Esta BNC-Formação Continuada passa por implicações e críticas por buscar, de forma homogênea, “formar professores para ensinar a BNCC”, ou seja, por visar, como decisão, ao domínio de competências e habilidades, alinhados à atuação prática dos professores na aprendizagem das crianças.

Há muitos documentos da Educação Infantil que norteiam as práticas metodológicas do professor que atua nessa área, e que podem ser facilmente acessados no site do Ministério da Educação (MEC) na área da Educação Infantil (abaixo encontra-se alguns documentos encontrados). Esses documentos abordam sobre variadas temáticas, desde a utilização dos brinquedos e prática de brincadeiras, direitos das crianças, até sugestões de desenvolvimento de experiências e habilidades nas crianças.

**Figura 1: Documentos da Educação Infantil**



Fonte: portal.mec.gov.br

Observa-se uma grande variedade de referenciais que já foram utilizados e ainda são utilizados nas creches e pré-escolas. A Constituição Federal de 1988 (foi o primeiro documento legal que adotou a educação como direito) e depois foram surgindo os documentos atuais da EI: LDBEN, BNCC, Parâmetros Nacionais de Qualidade da Educação Infantil, Diretrizes em Ação, e os documentos que foram elaborados, mas superados e substituídos diante das perspectivas da educação da época, como Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI) e Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação

Infantil (DCNEI), dentre outros documentos que contribuem para as diversas áreas de desenvolvimento da criança.

Apesar de ter todos esses documentos da Educação Infantil, será destacado neste artigo, dois documentos que são utilizados como referência nas formações continuadas dos docentes da Educação Infantil em um município do Estado do Maranhão. Chegou-se neste assunto a partir de uma entrevista semiestruturada, em que a equipe formativa do departamento da Educação Infantil, compartilhou com a pesquisadora que as formações continuadas são organizadas no município apoiada na Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2018) e Documento Curricular do Território Maranhense (DCTMA, 2019). Com esses documentos, são organizadas as formações continuadas considerando a realidade dos âmbitos escolares que os docentes vivenciam. Assim, será destacado esses dois documentos, sendo apontado sua importância nesse meio educacional.

Assim, este artigo é um recorte da pesquisa de mestrado realizada com a equipe da SEMED em que utilizou-se como método a entrevista semiestruturada, e que recortamos a seguinte pergunta: Qual documento é referenciado para desenvolver as Formações Continuadas no município?—A representante da equipe formativa da Educação Infantil respondeu: “O Documento Curricular do Território Maranhense (DCTMA), a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), compras de livros de autores atuais, como o psicoterapeuta e histórias infantis”. A partir desse diálogo pensou-se em destacar esses dois documentos que são contemplados nas formações continuadas deste município do Estado do Maranhão.

## **BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC)**

É um documento normativo, que surgiu com o intuito de direcionar as aprendizagens da Educação Básica, sendo pública ou particular (Brasil, 2018). Nela, estão presentes as competências, habilidades e as aprendizagens essenciais que os alunos devem desenvolver durante cada etapa de sua vida escolar, desde a Educação Infantil até o Ensino Médio.

Este documento é um dos materiais utilizados para ser referenciado nas formações continuadas do município do Maranhão, e os docentes da Educação Infantil são orientados com conteúdos para desenvolver no dia a dia nas salas de referências com as crianças. Esses conteúdos são referentes a temas e metodologias que os docentes almejam contemplar em suas atividades diárias em sala para desenvolver experiências e habilidades das crianças. Vale destacar, que os Estados e municípios têm autonomia para adequar a BNCC às suas necessidades e contextos específicos.

A BNCC possibilitou para a educação básica buscar por uma visibilidade mais objetiva aos docentes para trabalharem em cada etapa do ensino com os discentes. Seja a Educação Infantil, ensino fundamental ou médio, cada etapa foi contemplada para desenvolver habilidades e competências. Essas habilidades e competências são termos que estão sendo bastante citados ultimamente, devido à BNCC, que apresenta 10 competências (conhecimento, pensamento científico, crítico e criativo, repertório cultural, comunicação, cultura digital, trabalho e projeto de vida, argumentação, autoconhecimento e autocuidado, empatia e cooperação, e autonomia e responsabilidade), sendo estas valorizadas em cada habilidade, que são as práticas desenvolvidas no âmbito escolar. O docente planeja um material que aprecie esses valores traçados para desenvolver com as crianças.

Para essa versão da BNCC, foram necessárias três mudanças fundamentais na estrutura atual. Para uma melhor visualização dessas mudanças, foi elaborado uma tabela comparativa, com seus respectivos marcos, importantes em sua estrutura e contexto.

**Quadro 1: Versões da BNCC**

<b>1º Versão (16 de setembro de 2015)</b>	<b>2ª Versão (3 de maio de 2016)</b>	<b>3ª Versão (02 de abril de 2018)</b>
<ul style="list-style-type: none"><li>• Documento Preliminar à BNCC;</li><li>• Educação Infantil de 0 a 5 anos de idade;</li><li>• Organização em 4 áreas de conhecimento: Linguagens, Matemática; Ciências Humanas e Ciências da Natureza.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Ampliação da área de conhecimento e componentes curricular;</li><li>• Modificação dos Objetivos de aprendizagem;</li><li>• Fortalecimento dos objetivos na pré-escola;</li><li>• Inclusão de objetivos relacionados à gramática;</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Protagonismo do aluno;</li><li>• Desenvolvimento de competências;</li><li>• Mais clareza nos objetivos de aprendizagem, havendo alterações, ou exclusão;</li></ul>

<ul style="list-style-type: none"> <li>• Contém parte introdutória;</li> <li>• Princípios orientadores da BNCC;</li> <li>• Relação entre Educação Infantil e ensino fundamental;</li> <li>• A etapa do ensino médio descrita por sessões, diante de cada área de conhecimento.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Educação Infantil de 0 a 5 anos de idade;</li> <li>• Alteração na parte introdutória.</li> <li>• Apresentação da Etapa do Ensino Médio em um ciclo próprio;</li> <li>• 3 grupos por faixa etária na Educação Infantil (bebês, crianças bem pequenas e crianças pequenas).</li> <li>• Organização em 5 áreas de conhecimento: Linguagens, Matemática; Ciências Humanas, Ciências da Natureza e Ensino Religioso.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ideia ampla e mais clara sobre a BNCC na parte introdutória;</li> <li>• 5 áreas de conhecimento: Linguagens, Matemática; Ciências Humanas, Ciências da Natureza e Ensino Religioso.</li> <li>• A etapa do Ensino Médio apresenta áreas de conhecimento voltadas às tecnologias;</li> <li>• Alfabetização das crianças até o final do 2º ano do ensino fundamental.</li> </ul>
---	---	--

Fonte: Organização da autora (2024)

Desse modo, em cada versão da BNCC, foi-se determinando condições para a organização da sua estrutura. Na primeira versão, versão preliminar da BNCC, era organizado em áreas de conhecimento; na segunda versão, é incluído mais uma área de conhecimento e a divisão de três grupos por faixa etária na Educação Infantil (bebês, crianças bem pequenas e crianças pequenas); na terceira versão, fala-se em desenvolvimento de competências e protagonismo docente.

Por outro lado, houve uma falta de participação da sociedade civil e dos profissionais da educação no processo de elaboração e implementação da BNCC, fato objeto de crítica. Em vista disso, houve uma redução da compreensão e apoio para a implementação da BNCC, prejudicando sua eficácia.

Esse novo cenário impulsionado pela BNCC proporcionou às redes escolares uma referência para a elaboração dos currículos, contudo, como um currículo imposto, ou seja, a BNCC tornou-se um referencial, enquanto o currículo tornou-se o caminho. “Ao definir quais são as habilidades e competências essenciais a serem desenvolvidas pelos estudantes ao longo de sua jornada escolar, a BNCC implica uma (re) estruturação curricular para que as escolas garantam o desenvolvimento contínuo da aprendizagem” (Alonso, 2020, s.p).

## DOCUMENTO CURRICULAR DO TERRITÓRIO MARANHENSE (DCTMA)

Este documento tem como objetivo garantir que a Educação Básica no Maranhão seja de qualidade, bem como, os alunos sejam preparados para o sucesso no futuro. Estabelece as diretrizes curriculares para as diferentes áreas do conhecimento. Foi elaborado pela Secretaria de Estado do Maranhão (SEDUC) em parceria com especialistas e educadores do Estado.

Foi aprovado pelo Conselho Estadual de Educação do Maranhão (CEE-MA), em 28 de dezembro de 2018, sendo um apoio para as escolas, creches e pré-escolas das redes públicas e privadas para elaborar seus Projetos Político-Pedagógicos (PPP) e planos de aulas dos professores, considerando o contexto da realidade maranhense. “Buscou-se respeitar e valorizar a autonomia pedagógica, a identidade e a diversidade de cada localidade, sem subtrair ao educador um documento balizador de suas práticas pedagógicas” (Brasil, 2019, p. 5). Isso demonstra a importância de valorizar o trabalho pedagógico dos professores, considerando a realidade de cada região, o contexto em que cada criança está inserida e a autonomia da prática pedagógica.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) - 2023, o Maranhão é o segundo maior Estado em extensão territorial da região Nordeste, com uma área de 329.651,495km<sup>2</sup>. Há cinco mesorregiões (norte, centro, leste, oeste e sul maranhense) e 21 microrregiões que juntam os seus 217 municípios, sendo:

**Figura 2: Mapa do Maranhão: mesorregiões**

- **Santa Inês – Bacabal** (59 municípios)
- **São Luís** (73 municípios)
- **Imperatriz** (43 municípios)
- **Caxias** (14 municípios)
- **Presidente Dutra** (28 municípios)



Fonte: Mesorregiões maranhenses, de acordo com o IBGE, 2023

Desse modo, o DCTMA foi planejado pensando em cada área específica do território maranhense, estando presente em todas as escolas do Estado do Maranhão desses 217 municípios. É uma ferramenta importante para a gestão educacional no Estado, pois ajuda a garantir que os recursos sejam colocados de forma eficiente e que os objetivos educacionais sejam alcançados. Ele também é um instrumento fundamental para a avaliação e o monitoramento da Educação Básica no Estado, pois ajuda a identificar as áreas que precisam de melhoria e a desenvolver estratégias para superá-las.

Com isso, se percebe o objetivo de prestar um bom atendimento nas escolas, creches e pré-escolas, sem desprezar o seu ambiente estrutural, projetos, o próprio currículo, os materiais e as formações iniciais e continuadas.

Desse modo, refletir as perspectivas do DCTMA nos âmbitos escolares da Educação Infantil é considerar a importância de contextualizar a educação na conjuntura local, considerando as características culturais, sociais e econômicas da região e buscar formas de implementar práticas pedagógicas inovadoras e flexíveis, que consideram o desenvolvimento integral da criança e a aprendizagem por meio da prática.

Falar de qualidade na Educação Infantil implica considerar uma série de aspectos que, juntos, garantem o direito das crianças de desenvolver todas as suas potencialidades. Isso vai desde a infraestrutura das unidades educativas até o planejamento dos projetos pedagógicos, o currículo a ser implementado, a disponibilização de materiais educativos, além da formação inicial e continuada e condições de trabalho dos profissionais da educação que se dedicam a essa tarefa (BRASIL, 2019, p. 53).

É importante que o professor não continue com o método de ensino tradicionalista, pois o ambiente escolar precisa ser um lugar com trocas de conhecimentos entre crianças e docente. Nessa dinâmica metodológica, o docente vai se aperfeiçoando conforme as perspectivas educacionais, ou seja, a formação continuada é uma garantia do professor, é um direito, ofertada pelo governo, instituições e órgãos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Consideramos que os dois documentos apresentados são essenciais e significativos instrumentos para a Educação Básica no território brasileiro em geral e no Estado do Maranhão. Tendo assim, um documento norteador nacional, a BNCC, e um específico, DCTMA, que juntos orientam os professores no trabalho metodológico com as crianças. Desse modo, cada documento apresenta uma intencionalidade na sua estrutura educacional, conforme observado no quadro a seguir:

<b>BNCC</b>	<b>DCTMA</b>
Documento Norteador	Documento Complementar
Documento Nacional	Documento Estadual
Abordagem geral	Abordagem contextualizada: cultural, social e econômica
Especifica habilidades e competências	Flexível a realidade territorial
Consonância com o Plano Nacional de Educação (PNE) e Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDBEN)	Consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN's) e BNCC
Não apresenta foco específico na integração com a comunidade local	Importância na integração com a comunidade local

Fonte: Elaborado pela autora (2025)

Portanto, os dois documentos utilizados para referenciar as formações continuadas do município do Maranhão, contribuem para orientar os professores no desenvolvimento integral das crianças, principalmente na área da Educação Infantil. Possuem especificidades na sua estrutura e características distintas, como pôde-se observar acima, porém, os dois documentos buscam contribuir com o trabalho docente no desenvolvimento das práticas pedagógicas.

---

## Referências

ALONSO, Conrado. **O currículo escolar após a BNCC**: um olhar sobre as perspectivas de uma construção significativa. LinkedIn, 29 jan. 2020. Disponível em: <https://pt.linkedin.com/pulse/o-curr%C3%ADculo-escolar-ap%C3%B3s-bncc-um-olhar-sobre-de-uma-sanchez-alonso>.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEF, 1998. 3 v.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano Nacional de Educação PNE 2014-2024**: Linha de Base. Brasília, DF: Inep, 2015.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Secretaria de Educação Básica (SEB). **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEB, 2010.

BRASIL. **Documento Curricular do Território Maranhense**: para a Educação Infantil e o Ensino Fundamental. Rio de Janeiro: FGV, 2019.

BRASIL. **Resolução CNE/CP nº 1, de 27 de outubro de 2020**. Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica (BNC-Formação Continuada). Brasília: Ministério da Educação. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/outubro-2020-pdf/164841-rcp001-20/file>. Acesso em: 5 jan. 2024.

BRASIL. **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017**. Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm). Acesso em: 5 jan. 2024.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, [1996]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm). Acesso em: 19 abr. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Nacionais de Qualidade e Equidade para a Educação Infantil - Atualização 2024**. Brasília: MEC, 2024.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Conselho Nacional de Educação (CNE). **RESOLUÇÃO Nº 2, DE 1º DE JULHO DE 2015**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2015.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018.

BRASIL. **Documento Curricular do Território Maranhense**: para a Educação Infantil e o Ensino Fundamental. Rio de Janeiro: FGV, 2019.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República, [2016]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm).

CALDAS, Iandra; MACEDO, Sheyla. **Formação de professores para Educação Infantil: profissionalização e identidade docente.** In: Congresso Nacional de Educação, 2., 2017, Campo Grande. **Anais [...].** Campo Grande: Realize, 2017. n.p.

CHIMENTÃO, Lilian Kemmer. **O significado da formação continuada docente.** CONPEF. 2009.

FALK, Judit (Org.). **Educar os três primeiros anos: a experiência de Lóczy.** Araraquara: Junqueira & Marin, 2011.

FRAIMAN, LEO. **Como ensinar bem a criança e adolescentes de hoje: teoria e prática.** São Paulo: Editora Esfera, 2013.

IBGE. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2023** / Coordenação de População e Indicadores Sociais. - Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

---

Submissão em: 14 de abr. 2025

Aceite em: 25 de abr. 2026

---

---

**<sup>i</sup>Kallyne Kafuri Alves** – Universidade Estadual do Maranhão - UEMA

Doutora e Mestra em Educação pela Universidade Federal do Espírito Santo. Graduada em Pedagogia. Professora Titular na Faculdade de Música do Espírito Santo. Docente e Bolsista no Programa de Pós-Graduação em Educação na Universidade Estadual do Maranhão (PPGE/UEMA), integra o Grupo de Estudo sobre Gestão e Avaliação da Educação (GESTA/UEMA) e o Grupo de Pesquisa Formação e Atuação de Educadores (GRUFAE/UFES).

E-mail: [kallyne.alves@fames.es.gov.br](mailto:kallyne.alves@fames.es.gov.br)

Curriculo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6531776916968549>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5075-0676>.

**<sup>ii</sup>Kamilla Magalhães Canuto** – Prefeitura Municipal de Santa Inês (MA)

Mestra em Educação pela UEMA, graduada em Pedagogia, possui Especialização em Docência do Ensino Superior, em Neuropsicopedagogia e em Psicomotricidade. Professora efetiva de Educação Infantil (Santa Inês – MA). Integra o Grupo de Estudo e Pesquisa em Tecnologias, Neurociência e Afetividade (GEP – TNA/UEMA). Premiação de Honra ao Mérito Acadêmico (UEMA).

E-mail: [kamillacanuto@hotmail.com](mailto:kamillacanuto@hotmail.com)

Curriculo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6523891556657712>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1858-4230>